

Sumário

Prefácio	1
Apresentação	5
Introdução	7
1 Controle judicial da administração pública e fundamentos da deferência	13
1.1 Estado da arte do controle judicial da atuação administrativa no Brasil	13
1.2 Conceito de deferência judicial.....	24
1.3 Marco Teórico: institucionalismo de Adrian Vermeule e Cass Sunstein.....	29
1.3.1 Cegueira institucional	30
1.3.2 Questões e dilema institucionais	40
1.3.3 Formalismo, virada institucional e deferência.....	42
1.3.4 Contraponto ao uso do argumento institucional e uma possível justificativa.....	49
1.4 Marco Legal: a nova LINDB.....	54
1.4.1 A lei da segurança jurídica e do aprimoramento da gestão pública.....	54
1.4.2 Pressupostos e fins da nova LINDB.....	59
2 Modelo, constitucionalidade e operacionalização no Brasil	69
2.1 O caso <i>Chevron</i>	72
2.2 O caso <i>Auer</i>	84

2.3 Síntese das teses e proposta de modelo	86
2.4 Constitucionalidade do modelo	94
2.4.1 Análise à luz da separação dos poderes	95
2.4.2 Análise à luz da igualdade	102
2.4.3 Análise à luz da segurança jurídica.....	105
2.4.4 Análise à luz do livre acesso ao Judiciário, do contraditório e da ampla defesa	110
2.5 Operacionalização do modelo	112
2.5.1 Dificuldades na adoção do modelo de deferência	112
2.5.2 Vantagens da adoção do modelo de deferência	120
3 A deferência judicial redimida.....	127
3.1 A moralidade do direito administrativo	128
3.2 Salvaguardas substitutivas na legislação administrativa	140
3.2.1 Generalidade.....	141
3.2.2 Publicidade.....	143
3.2.3 Irretroatividade	153
3.2.4 Clareza	155
3.2.5 Não contradição	158
3.2.6 Inexigência do impossível.....	159
3.2.7 Constância	162
3.2.8 Consistência.....	163
3.3 Mudança de perfil do controle judicial da administração pública.....	165
Conclusão	169
Referências	175